

# CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

Estado do Paraná

CNPJ/MF nº 02.010.385/0001-01 - Tel: (42) 459-1169 – Fax: (42) 459.1239

Rua Ernesto Nunes, 328 – CEP 84.535-000

## COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO – CFO

**Ref.:** Projeto de Lei nº 019/2021.

**Autor:** Executivo Municipal.

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder direito real de uso, e dá outras providências.

**Relator:** Vereador Amauri Pabis

### I – RELATORIO

*“Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder direito real de uso, e dá outras providências.”*

### II – FUNDAMENTO LEGAL

Compete à **Comissão de Finanças e Orçamento (CFO)**, nos termos do artigo 49, I, e seguintes do Regimento Interno da Câmara Municipal de Fernandes Pinheiro, opinar e emitir parecer sobre todos os Projetos que tramitam nesta Casa de Leis.

Em síntese, o Projeto em questão tem por finalidade conceder a conceder direito real de uso à **empresa ADRIANO TRIBEK BELLO - ME, uma área de propriedade da administração, contendo 4.852,09 e um BARRACÃO de 400m2 a ser edificado.**

O desenvolvimento do Município depende de uma política de geração de empregos e rendas em todos os setores da economia local, buscando assegurar o sustento familiar e promover uma melhor qualidade de vida para todos, com o aumento da demanda de ofertas de produtos e competitividade no comércio, de interesse coletivo em geral.

Verifica-se a relevância da proposição para o Município, cujo objetivo é o de disponibilizar uma área adequada para a instalação de uma nova empresa que trará benefícios a população com a geração de empregos locais.

Neste sentido, entendo que o interesse público é patente, considerando que a concessionário promoverá a geração de empregos e rendas para no Município, e consecutivamente contribuirá para o aumento da arrecadação municipal.

# CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

Estado do Paraná

CNPJ/MF nº 02.010.385/0001-01 - Tel: (42) 459-1169 – Fax: (42) 459.1239

Rua Ernesto Nunes, 328 – CEP 84.535-000

Ademais, em sua análise, a Comissão de Constituição e Justiça posicionaram-se pela legalidade da proposta.

Assim, comungo do mesmo entendimento da CCJ. Quanto ao aspecto financeiro-orçamentário, também não se verifica qualquer vício passível de comprometer o regular trâmite da proposta municipal.

Diante do exposto, conforme exposto acima, **OPINO** pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei.

Sala de Reuniões “Fernandes Pinheiro”, 02 de Março de 2021.

Amauri Pabis

Relator

## VOTO

Trata-se de Projeto de autoria do Legislativo, que atende aos interesses públicos, acompanha os autos Parecer Jurídico favorável à aprovação, bem como justificativa do Relator pela aprovação. Sendo assim, exaro voto **FAVORÁVEL** ao Parecer para **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei.

José Humberto Bitencourt

Presidente

Wanderleia Pires Joner

Membro

Aprovada em	unanimidade
em	02, 03, 2021
SALA DAS REUNIÕES	
Presidente	